

27 MAI 1990

O grande escândalo (secreto)

FERNANDO PEDREIRA



Ha tempos (bons tempos), nos salões londrinos, uma bela senhora ganhou fama por sua maneira curiosa de ver, e dizer, as coisas. Chama-se a senhora, se a memória não me falha, lady Asquith. Certa vez, referindo-se a um conhecido (e temido) jornalista, um Paulo Francis, um Carlos Lacerda da época, ela disse: "Fulano é um homem muito inteligente, mas, a inteligência dele, às vezes, lhe sobe à cabeça..." Em outra ocasião, como alguém censurasse as palavras pouco piedosas que usava para descrever um amigo comum, ela ponderou: "A Bíblia nos manda perdoar nossos inimigos, e não nossos amigos..."

Haverá, hoje, nos salões brasileiros, alguma lady Asquith? Tudo é possível. Entre o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios, entretanto, não é difícil perceber uma já prolongada aridez, uma acentuada e característica falta de liquidez, em termos de humor e de espírito. O Planalto Central é uma região célebre por sua secura, onde jardins e gramados só vicejam quando artificialmente adubados e irrigados. A justo título, Brasília, pode se considerar uma flor (feia e bela), não do Lácio, propriamente, mas do rude e poluído Paranoá.

O Paranoá é o Danúbio de Brasília. Quanto à adubação espiritual, porém, é preciso reconhecer que os dois grandes arquitetos da cidade, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (ainda agora, aliás, ignominiosamente privados, pelo novo governo, dos últimos encargos oficiais que detinham), foram menos felizes. Exceção a alguns casos de excepcional resistência às condições climáticas adversas, como o de Carlos Castello Branco, a massificação, na nova Capital, tende a se enxugar, e a assumir, com rapidez, a consistência do mata-borrão burocrático.

De fato, o que costuma subir à cabeça das pessoas, no Planalto, não é a inteligência, mas o poder. O próprio presidente Fernando Collor, aliás, embora tenha nascido no Rio e feito sua carreira política nas Alagoas, passou seus anos de formação em Brasília, o que talvez explique a facilidade e o gosto que se readaptou, agora, ao quadro local. Esperemos que possa revelar, ao longo do tempo, a mesma nordestina impermeabilidade do Castelhinho, ao menos aos piores efeitos do universo intelectual-burocrático que o situa.

Isso, no entanto, não parece fácil. Ainda esta semana, na entrevista coletiva que o presidente concedeu nos salões do Itamaraty, pudemos mais uma vez constatar que a característica falta de liquidez brasileira não é privilégio do governo; é da oposição também (que não sabe se opor) e, até da própria imprensa, cujos repórteres refletem a pobreza mental do quadro e se esforçam (como na quarta-feira) para "apertar" o presidente com perguntas quase sempre canhestras e mal formuladas.

A questão central da entrevista (e que hoje concentra o debate político) foi a da livre negociação salarial, abruptamente decretada pelo governo há 12 dias, mas da qual ele próprio tenta agora se safar, embora à maneira dos caranguejos, isto é, um tanto de banda. Vamos ter uma política salarial "provisória" por mais três meses ou, como prefere dizer o presidente, o governo vai se armar dos meios para fazer com que as empresas repassem o reajuste inflacionário aos empregados, sem repassá-lo aos preços... Ora, pois. Voltamos assim, 68 dias depois do Plano Collor (se as contas do presidente estiverem certas), à mesma linguagem de sempre. A inflação e a correção expulsas pela porta da frente retornam pela janela. E o mais curioso é que a metade mais rica (e menos desinformada) do País recebe esses fatos com um mal-disfarçado suspiro de alívio. Afinal, o Brasil não mudou tanto assim. E este novo presidente, que parecia tão duro, não é, no fim das

contas, tão diferente dos outros quanto se chegou a crer...

O suspiro dos mais abonados e a recusa da oposição e do governo de discutirem o **Fundo da questão** têm uma óbvia razão de ser. O país rico prefere, na verdade, conviver com a inflação, desde que "moderada", e a correção (ou indexação) é apenas o instrumento dessa convivência; o meio de torná-la mais "elástica", mais suportável.

O que ninguém diz (nem mesmo o deputado José Serra, que é talvez a melhor cabeça pensante da oposição) é que inflação e indexação são, essencialmente, um mecanismo de transferência de riqueza. Não seria difícil a um bom economista (qual?) calcular o enorme volume de rendas que, por esse meio, se transferiu, ao longo dos últimos cinco anos, dos setores mais pobres ou remediados da população para os mais ricos; da produção para a especulação e a intermediação financeiras e, last but not least, do Brasil para o Exterior.

Sabe-se que a inflação é o mais iníquo e perverso dos impostos; sofrem mais, com ela, os que podem menos. A inflação é como uma febre, uma epidemia, da qual é sempre mais difícil escapar nos bairros pobres e desprovidos de recursos. Mas a indexação, que vem depois dela e supostamente a corrige, é ainda moralmente pior e mais viciosa. Por quê? Porque a indexação não é neutra. Ela desvia deliberadamente, propositadamente, os malefícios inflacionários para os que não têm e canaliza os "benefícios" para os que já têm, para investidores, os poupadores, os especuladores, os "juristas" do doutor Ibrahim Eris.

Para que a indexação fosse neutra, ou justa, ou aceitável (país nenhum, além do Brasil, a admite) seria preciso que ela incidisse igualmente e com a mesma frequência sobre todos os rendimentos. Qual é o grande escândalo se-

creto, por trás desta discussão de agora sobre livre negociação salarial? Os salários, no Brasil, são "corrigidos" há pelo menos 40 ou 50 anos. Raramente essa correção foi igual à desvalorização real da moeda, mas isso não é o mais importante. O mais importante é que os salários foram corrigidos anualmente, semestralmente, trimestralmente e, até, nos últimos tempos, mensalmente, enquanto o BTN fiscal, os juros compostos do mercado financeiro, os preços do dólar, do ouro e de quase tudo o mais (mesmo agora, depois das valentias do Plano Collor) mudam e são computados **todos os dias**.

Não é preciso ser um Mário Simonsen (ou um Naji Nahas) para entender o que isso significa. A única indexação decente, moralmente aceitável, seria a que incidisse igualmente e no mesmo ritmo sobre todos os rendimentos. Uma indexação assim, se fosse possível, simplesmente anularia a inflação. Por que Fernando Collor não propõe essa fórmula às suas detestadas (e amadas) elites?

Melhor, mais fácil e mais digno de gente séria é derrubar a própria inflação. Contê-la em limites mínimos, sem indexação para ninguém e sem esses juros punitivos, exorbitantes, imorais, da ciranda financeira, que o governo continua, ainda agora, a estimular e a alimentar.

A esta altura do campeonato, o que se pode constatar é que todos os velhos moínhos (a ciranda, a correção e o resto) continuam moendo. Uma inflação **ascendente** de 8,5% ao mês, como a de maio, parece sem dúvida menos insuportável do que a que tínhamos em março, mas não é tranquilizadora e, certamente, não é um resultado do qual o governo se possa vangloriar.

O presidente Collor mal começou sua caminhada, esperemos que os ares de Brasília e os vapores do poder não tenham transformado em mata-borrão burocrático a sua aparentemente bem-ordenada e abundante massa cinzenta. E viva a senhora Asquith:

Fernando Pedreira é escritor e jornalista

**Sofrem mais
com a
inflação os
que
podem menos**